



Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

## Informação Geográfica e Cidadania: Mediação e Competência em informação como ferramenta para a autonomia das minorias sociais

*Geographic Information and Citizenship: Mediation and information literacy as tools for the autonomy of social minorities*

**Romulo dos Reis Moraes** – Universidade Federal do Maranhão (UFMA) –  
rmlmoraes@gmail.com

**Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro** – Universidade Federal do Maranhão (UFMA) –  
raimunda.ribeiro@ufma.br

**Resumo:** Este estudo reflete sobre a relação entre informação geográfica e cidadania. O objetivo é discutir como Competência em Informação, aliada à mediação consciente, atua no empoderamento de comunidades vulneráveis. Fundamentada na Ciência da Informação Geográfica e nas teorias de Henriette Gomes e Almeida Júnior, a pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória. A discussão teórica evidencia o potencial da apropriação do dado geográfico para romper o ciclo de invisibilidade das minorias. Conclui-se que o domínio de narrativas territoriais, articulado à Competência em Informação, permite aos sujeitos o protagonismo, consolidando a informação como instrumento estratégico para a emancipação política e inclusão social.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação Geográfica. Mediação da Informação. Competência em Informação. Protagonismo Social. Invisibilidade geográfica.

**Abstract:** This study reflects on the relationship between geographic information and citizenship. The objective is to discuss how Information Literacy, combined with conscious mediation, acts in the empowerment of vulnerable communities. Grounded in Geographic Information Science and in the theories of Henriette Gomes and Almeida Júnior, the research adopts a qualitative and exploratory approach. The theoretical discussion highlights the potential of geographic data appropriation to break the cycle of invisibility affecting minorities. It is concluded that mastery of territorial narratives, articulated with Information Literacy, enables individuals to attain agency, consolidating information as a strategic instrument for political emancipation and social inclusion.

**Keywords:** Geographic Information Science. Information Mediation. Information



## 1 INTRODUÇÃO

No mundo atual, vivemos cercados por um volume imenso de dados, mas transformar esse fluxo em conhecimento que realmente sirva à cidadania ainda é um grande desafio, especialmente quando falamos do espaço onde vivemos. Sob esse olhar, o território deixa de ser apenas o chão que pisamos ou um suporte físico para nossas atividades e ganha alma, tornando-se uma dimensão política e social. Afinal, como ensina Milton Santos (2007, p. 13), o território é “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência”. Por isso, entender a informação geográfica é, no fundo, uma forma de respeitar a história e a própria dignidade das pessoas que dão vida a cada lugar.

Dentro deste cenário, a informação geográfica se mostra como um recurso de poder valioso, capaz de embasar decisões e políticas públicas que realmente enfrentem as desigualdades entre as regiões. No entanto, o alcance dessas ações esbarra em um obstáculo comum: o que Feitosa e Aranha (2020) chamam de 'cegueira geográfica' no planejamento do governo. Para os autores, essa lacuna existe porque as formas de gestão costumam ignorar as particularidades e o rosto de cada território, tratando o lugar apenas como um destino para regras gerais. O resultado é um distanciamento da realidade que acaba por esconder, ainda mais, grupos sociais que a história já insistiu em deixar à margem.

Por isso, acreditamos que a informação geográfica é uma ferramenta poderosa de inclusão. Quando comunidades marginalizadas têm acesso, e o entendimento, a esses dados e aprendem a usá-los, elas ganham a voz necessária para entender sua realidade e lutar pelo seu lugar na sociedade. Corroborando tal pensamento, Alencar e Santos (2013) argumentam que a visualização de dados e a construção de mapas são instrumentos vitais para identificar demandas locais e subsidiar os gestores públicos na tomada de decisão, desde que haja uma integração eficiente entre informações quantitativas e as relações dos fenômenos espaciais por meio de infraestruturas de dados gestadas eficientemente. Sem tal integração e uma comunicação pública inclusiva, o Estado muitas vezes falha em enxergar minorias invisíveis que não são contempladas pelas estatísticas oficiais, o que, na perspectiva de Saraiva (2015),



resulta em um vazio informacional que impede o Estado de definir políticas voltadas à melhoria das condições de vida desses grupos.

Com esta problemática em mente, este trabalho tem o objetivo de discutir como a competência em informação e a mediação da informação podem servir de base para que comunidades vulneráveis<sup>1</sup> possam se empoderar na disputa pelo seu espaço no tecido social. Para isso, olhamos a Ciência da Informação Geográfica, dentro do campo da Ciência da Informação, como uma disciplina que vai além do conjunto de softwares ou de mapas frios, que consegue transformar a compreensão espacial do homem para que ele seja capaz de entender as histórias e as lutas por trás das coordenadas geográficas. Em um cenário de tantas desigualdades, essa perspectiva é essencial, pois se trata de um esforço para romper o silêncio e a invisibilidade geográfica e social que cercam essas comunidades, garantindo que sua existência e seus direitos não sejam mais ignorados. Pereira *et al.* (2016) argumentam nesse sentido que as práticas da Ciência da Informação, a Competência em Informação e a Mediação, podem guiar populações marginalizadas rumo à emancipação. Quando essas pessoas se apropriam dos dados sobre seu território, deixam de ser apenas objetos de pesquisa para se tornarem protagonistas de suas próprias reivindicações perante o Estado.

## 2 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, de natureza qualitativa e de cunho teórico-discursivo, cujo objetivo é articular os fundamentos da Competência em Informação e da mediação da informação ao campo da Ciência da Informação Geográfica, pensando suas implicações para a autonomia e o protagonismo social de comunidades em situação de vulnerabilidade. Segundo Brasileiro (2024), a pesquisa exploratória é indicada quando há pouco conhecimento acumulado sobre o tema, o que justifica a opção metodológica adotada diante da baixa produção acadêmica na área. Já a abordagem qualitativa se justifica por seu potencial em. Já a abordagem

---

<sup>1</sup> Os termos 'vulnerabilidade', 'minorias' e 'marginalizados' referem-se a sujeitos e comunidades concretas, como populações quilombolas, indígenas e periféricas, que são historicamente atingidas por processos de exclusão étnico-racial, territorial e socioeconômica. Tais fragilidades decorrem de relações de poder e políticas de Estado, não de uma condição inerente a esses grupos. Reconhece-se, portanto, que estes sujeitos detêm saberes próprios e que o enfrentamento das desigualdades passa também pela superação de fragilidades no acesso e na apropriação crítica de competências informacionais.



qualitativa se justifica por seu potencial em “contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano” (Yin, 2016, p. 7), o que se alinha ao caráter teórico-discursivo deste estudo.

Para a contextualização teórica e o embasamento do trabalho, realizou-se um levantamento bibliográfico nas bases BRAPCI e Oasisbr, com os descritores "ciência da informação geográfica", "informação geográfica", “competência em informação”, “mediação da informação”, "invisibilidade geográfica" e "invisibilidade das minorias", sem recorte temporal. A estratégia de busca consistiu na leitura de títulos, resumos e palavras-chave, priorizando-se trabalhos que tratassem a informação geográfica como ferramenta de visibilidade e inclusão social, articulando mediação e Competência em Informação à realidade de grupos minoritários. Análises de caráter puramente técnico e centradas exclusivamente nos aspectos operacionais dos sistemas de informação geográfica foram descartadas, mantendo o foco na interface humana da informação.

Esse levantamento indicou que, embora esses temas sejam tratados separadamente na literatura nacional, são raros os trabalhos que os articulam de forma integrada, o que reforça a originalidade da proposta aqui apresentada. Diante da maturidade já alcançada pelas discussões sobre mediação e Competência em Informação no campo da Ciência da Informação, optou-se por utilizá-las como pilares teóricos, articulando-os com a CIG para refletir sobre a realidade do território, dando origem à discussão proposta a seguir.

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DIÁLOGOS SOBRE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA**

O referencial teórico apoia cientificamente a análise da informação geográfica como um fenômeno social. Isso ajuda a ir além de uma visão puramente técnica, ao combinarmos mediação da informação e competência em informação com a CIG, esse embasamento teórico fornece uma perspectiva para entender como a informação geográfica pode ser mediada. Assim sendo, esta revisão contextualiza o trabalho dentro do diálogo interdisciplinar atual.

#### **3.1 Ciência da Informação Geográfica como instrumento de Cidadania**

Para que a informação geográfica deixe de ser apenas um registro técnico e se torne um recurso de emancipação, é preciso enxergar a CIG como um campo de prática



para a mediação social, e não apenas como um conjunto de tecnologias. Sob essa ótica, a disciplina estudada se propõe a humanizar os dados, buscando "aproximar os estudos realizados no âmbito dos sistemas de informação geográfica às implicações comportamentais de seus utilizadores" (França; Marques; Valentim, 2023, p. 1). O conceito, apresentado por Goodchild em 1992, define a CIG como o "subconjunto da Ciência da Informação que trata de informação geográfica" (Goodchild, 1992 *apud* França; Marques; Valentim, 2023, p. 4), mas a sua verdadeira força reside na capacidade de traduzir coordenadas e mapas em ferramentas de direito e visibilidade para o cidadão.

Nessa perspectiva em particular, organizar e representar o conhecimento espacial vai muito além da cartografia tradicional, uma vez que tal conhecimento deve possuir um fluxo de informação que exige rigor no seu tratamento e na sua circulação. Como defendem Lage, Lunardelli e Machado (2023), os SIGs ganham força quando integrados à Ciência da Informação, gerando dados confiáveis que ajudam a ler as dinâmicas dos territórios atuais. Entretanto, a ferramenta sozinha não basta, sua eficácia depende de uma gestão que consiga unir características quantitativas e qualitativas aos fenômenos do espaço.

Essa integração é vital para a gestão pública. Alencar e Santos (2013) reforçam que o acesso à informação geográfica é estratégico para criar políticas públicas, já que os mapas dão aos gestores uma base concreta para tomar decisões sobre o futuro do território. Sem esse cuidado, os dados geográficos correm o risco de virar apenas dados técnicos que se encontram longe do alcance e compreensão das pessoas, e é justamente nesse vazio que a CIG se posiciona, como bem definem Longley *et al.* (2013, p. 4)

Saber o local onde algo acontece pode ser criticamente importante [...]. Adicionalmente, as decisões têm consequências geográficas. Por exemplo adotar uma fórmula especial de financiamento cria vencedores e perdedores geográficos, o que é mais claro quando o resultado é igual à zero. Por isso, a localização geográfica é um importante atributo de atividades políticas, estratégias e planos.

Assim, o diálogo interdisciplinar entre a CI e CIG vai além do uso operacional de softwares de mapeamento. Os SIGs funcionam como ferramentas para coletar, armazenar, recuperar, transformar e exibir dados espaciais, conforme destacado em análises sobre sua estrutura semiótica e informacional (Garbin; Santil, 2018). A



Cartografia em SIGs permite examinar impactos sociais por meio de representações que ajudam a evoluir o conhecimento sobre territórios e relações de poder. Essa confluência transforma dados geográficos em informações relevantes para resolver problemas coletivos, como a organização de espaços e territorialidades.

Mais que técnica, a integração entre CI e SIG demanda uma responsabilidade social e ética. Lage, Lunardelli e Machado (2023) ilustram esse potencial ao analisarem o Sistema de Informações Geográficas de Londrina (SIGLON), que organiza dezenas de camadas temáticas, desde dados de saúde até informações territoriais do município, disponibilizando-as para acesso de qualquer cidadão conectado à internet, por celular, tablet ou computador. Um exemplo que evidencia como a democratização do conhecimento geográfico depende de processos de mediação da informação, que atuam na tradução dessas representações espaciais e no desenvolvimento da competência em informação dos sujeitos, capacitando-os para reconhecer e reivindicar seus direitos no exercício pleno da cidadania.

### **3.2 Mediação da Informação Geográfica e Competência em Informação como Instrumentos de Emancipação**

A compreensão da informação geográfica como ferramenta de transformação social exige que se vá além da dimensão técnica dos sistemas, para alcançar as esferas da mediação e da competência em informação. Na Ciência da Informação, mediar não é apenas transportar um dado de um ponto a outro; é criar um encontro. Como defende Almeida Júnior(2015), mediar é o ato de interferir positivamente na jornada do outro. É um diálogo vivo onde o mediador não entrega apenas uma resposta, mas ferramentas para que a pessoa satisfaça a sua necessidade informacional, transformando-se dona do próprio conhecimento e capaz de caminhar com autonomia.

Quando exportamos esse conceito para as relações sobre o território, a mediação da informação geográfica assume um papel essencial. A representação do espaço por meio de mapas e dados estatísticos não é neutra, ela carrega relações de poder que podem incluir ou marginalizar determinados grupos sociais. É aí que entra os estudos de Ribeiro e Almeida Júnior (2022) que argumentam que a mediação deve focar no usuário como um ser social, histórico e político, para garantir que a



informação seja significada e apropriada respeitando as subjetividades de cada usuário. Para o contexto geográfico, isso significa que o mediador deve atuar na tradução de camadas técnicas em recursos compreensíveis, o que permitirá que a comunidade entenda melhor sua própria territorialidade.

Entretanto, para que a mediação alcance seu objetivo de apropriação, é necessário que os sujeitos desenvolvam a chamada competência em informação. Belluzzo (2007) destaca que, na sociedade contemporânea, a competência em informação vai além do simples acesso, englobando a capacidade de aprender a aprender e de pensar de forma crítica sobre os fluxos informacionais. No caso da informação geográfica, essa competência se manifesta na habilidade de interpretar mapas, analisar indicadores territoriais e utilizar essas ferramentas para reivindicação e para o desenvolvimento social.

A relevância dessa competência se torna ainda mais estratégica quando voltada para grupos em situação de vulnerabilidade. Ao analisar a atuação com minorias, especificamente com pessoas em situação de rua, Vitorino e Spudeit (2023) reforçam que a competência em informação é um instrumento de cidadania essencial para o rompimento de invisibilidades. Para esses grupos, a capacidade de acessar e usar informações geográficas, como a localização de serviços públicos, abrigos ou redes de saúde, deixa de ser uma questão técnica e passa a ser uma condição de sobrevivência e de exercício de direitos básicos do cidadão.

Nessa perspectiva, o diálogo entre a mediação e a competência em informação geográfica estabelece uma conexão necessária entre o dado bruto e a ação social. Tal perspectiva é corroborada por Vitorino e Spudeit (2023) quando discutem o combate à vulnerabilidade informacional através do desenvolvimento de dimensões técnicas, estéticas, éticas e políticas da informação e de sua mediação. Assim, a Ciência da Informação cumpre sua função social ao capacitar o cidadão para ler e interpretar o espaço geográfico sob uma ótica informacional, transformando a cartografia técnica em um instrumento de inclusão e de emancipação política.

### **3.3 Protagonismo Social e Apropriação da Informação: o combate à invisibilidade geográfica**



O alcance do protagonismo social pelas minorias está ligado à qualidade dos processos mediadores e à subsequente apropriação da informação. Nas ideias de Gomes (2020), a mediação da informação não se limita a um suporte técnico, mas constitui-se como uma ação consciente que deve abarcar as dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política. Para a autora, a efetividade dessa ação reside na capacidade de promover a problematização e a tomada de consciência, permitindo que o sujeito deixe de ser um receptor passivo para se tornar protagonista de sua própria realidade.

No contexto da informação geográfica, esse protagonismo é observado na capacidade de grupos minoritários gerirem e interpretarem as narrativas sobre seus próprios territórios. Historicamente, populações marginalizadas foram submetidas a uma invisibilidade geográfica, a qual seus espaços e modos de vida eram omitidos ou distorcidos em mapeamentos oficiais. De todo modo, o acesso a dados geoespaciais, quando devidamente mediado, permite que estas comunidades rompam com a condição de não-público e passem a utilizar a cartografia como um instrumento de reivindicação e visibilidade.

A importância de superar essa invisibilidade é reforçada por Almeida Júnior e Rabello (2025) que discutem como a falta de reconhecimento e valorização de determinados sujeitos e espaços reflete uma estrutura de poder que silencia o saber periférico. Quando a mediação da informação geográfica ignora as dimensões política e ética propostas por Gomes (2020), ela acaba por reiterar essa invisibilidade. Por outro lado, ao fomentar o protagonismo, a CIG possibilita que as minorias influenciem a construção de dados que reflitam sua verdadeira ocupação territorial e suas necessidades específicas.

O paralelo entre a informação geográfica e o protagonismo social torna-se ainda mais evidente ao observarmos que a gestão do território é, em última análise, a gestão de direitos. Rabello e Almeida Júnior (2020) apontam que a desigualdade social nas unidades de informação muitas vezes espelha a exclusão dos sujeitos das decisões sobre o espaço que habitam. Por isso, a apropriação de recursos geográficos é fundamental para que grupos sociais diversos possam exercer o que Gomes (2020, p.13) define como protagonismo social: “o sujeito social comprometido e capaz de interferir e transformar sua realidade e a sociedade”.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, este estudo discutiu a Ciência da Informação Geográfica como ferramenta capaz de servir como um pilar de empoderamento para comunidades vulneráveis. Quando se une competência em informação à mediação consciente, a CIG permite que o uso do dado geográfico ultrapasse a métrica e alcance dimensões éticas e políticas onde as pessoas conquistam a autonomia para entender, narrar e gerir as histórias dos seus próprios territórios. Sendo assim, a reflexão teórica aqui proposta sugere que romper o ciclo de invisibilidade das minorias exige mais do que a simples inserção de pontos em um mapa; requer assegurar que esses sujeitos possuam o suporte mediador essencial para exercerem o protagonismo de sua existência.

#### REFERÊNCIAS

ALENCAR, Cely Martins Santos de; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Acesso à informação geográfica: reflexões sobre a importância das Infraestruturas de Dados Espaciais (IDE) nas políticas públicas. **Liinc em Revista**, v. 9, n. 2, p. 488-501, 2013. <https://doi.org/10.18617/liinc.v9i2.603>.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de; RABELLO, Rodrigo. Invisibilidade: característica do profissional da informação e dos equipamentos informacionais. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 48, n. 3, e360064, set./dez. 2025. <https://doi.org/10.17533/udea.rib.v48n3e360064>.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A dos.; SILVA, R. J. da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. 2. ed. rev. e ampl. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. 1. ed. 2ª reimpressão. São Paulo : Contexto, 2024.

FEITOSA , Luciana da Costa; ARANHA, Pablo Ruyz. A “cegueira geográfica” nas políticas públicas territoriais e regionais brasileiras . **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 22, 2020. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202018. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6120>. Acesso em: 19 abr. 2026.

FRANÇA, Henrique Elias Cabral; MARQUES, Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Informação e georreferenciamento: um olhar sobre os sistemas de informação geográfica à luz da Ciência da Informação. **Revista EDICIC**, San José, Costa Rica, v. 3, n. 3, p. 1-17, 2023. ISSN 2236-5753.



GARBIN, Estevão Pastori; SANTIL, Fernando Luiz de Paula. Traço e Territorialidade: o fundamento semiótico da informação do mapa na demarcação territorial. **Geographia Opportuno Tempore**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 86–103, 2018. DOI: 10.5433/got.2018.v4.35551. Disponível em: <https://www.ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/35551>. Acesso em: 20 abr. 2026.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da ciência da informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 4, 2020. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57047>.

LAGE, Sandra Regina Moitinho; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; MACHADO, Gilnei. Ciência da Informação e Sistemas de Informações Geográficas: convergências favorecendo o diálogo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: ANCIB, 2023. ISSN 2177-3688. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2024.e99127>.

LONGLEY, Paul A.; GOODCHILD, Michael F.; MAGUIRE, David J.; RHIND, David W. **Sistemas e ciência da informação geográfica**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa; SANTOS, Jaires Oliveira; GUIMARÃES, Fernanda Xavier. MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, [S. l.], p. 49–64, 2016. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/1450>. Acesso em: 19 abr. 2026.

RABELLO, Rodrigo; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 30, n. 4, p. 1–24, 2020. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57350>.

RIBEIRO, Marcela Arantes; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Da mediação à apropriação da informação: um olhar para o usuário da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1825>. Acesso em: 24 abr. 2026.

SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007

SARAIVA, Adriana Gonçalves. Desafios da comunicação de estatísticas públicas para o fortalecimento da cidadania das minorias. **Comunicação & Informação**, v. 18, n. 1, 2015.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; VITORINO, Elizete Vieira. Diretrizes para o desenvolvimento da competência em informação para bibliotecas públicas com foco nas pessoas em situação de rua. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 19, p. 1-28, 2023. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1947>. Acesso em: 19 abr. 2026.



YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016. Reimpressão 2017.

